

## **A Política Educacional como um fator para a diminuição da desigualdade social: reflexões sobre o alcance das metas da Educação Para Todos no Brasil**

Fernanda Neves Iadocicco – UTFPR – fer.neves@uol.com.br  
Oséias Santos de Oliveira – UTFPR – oseias@utfpr.edu.br  
Rodrigo Scremin – UTFPR – rodrigoscresmin@hotmail.com  
Cezar Augusto Romano – UTFPR - romano.utfpr@gmail.com

**Resumo:** A democratização da educação é inegável para o desenvolvimento social em todas as áreas, o que contribui para a construção de uma sociedade participativa e mais justa para todos. Sob este prisma o presente artigo tem como propósito analisar o processo de democratização desenvolvido no Brasil, a partir dos propósitos da Educação Para Todos, e as implicações na diminuição da desigualdade educacional, resultando em uma ferramenta para a equidade e redução das desigualdades sociais. A pesquisa, de natureza qualitativa, estrutura-se em uma análise bibliográfica, a partir de enfoques teóricos discutidos por autores que pesquisam sobre o tema, e também em uma análise documental, na qual são objetos de exploração o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos e o Censo Escolar da Educação Básica dos períodos estudados. A partir destes enfoques são analisados, além do contexto histórico, os índices educacionais brasileiros e a avaliação feita por organismos internacionais do desempenho brasileiro. O estudo revela que o Brasil não cumpriu quatro desses seis objetivos: educação e cuidados na primeira infância, habilidades para jovens e adultos, alfabetização de adultos e a qualidade da educação. Isso nos mostra como a educação no Brasil ainda está longe de promover a igualdade social.

**Palavras-chaves:** Sistemas de Ensino. Educação para Todos. Desigualdade Social.

### **Educational Policy as a factor for the reduction of social inequality: reflections on the achievement of the goals of Education for All in Brazil**

**Abstract:** *The democratization of education is undeniable for social development in all areas, which contributes to building a more equitable and participatory society for everyone. From this perspective, the main purpose of this article was the democratization process developed in Brazil, based on Education for All purposes, and the implications of reducing educational inequality, applying equity and reducing social inequalities. The research, of a qualitative nature, is structured in a bibliographic analysis, based on theoretical texts discussed by authors who approach the question, and also in a documentary analysis, such as the Global Monitoring Report on Education for All and the School Census of the Basic Education of the studied periods. Besides this are analyzed the historical context, the educational indices of Brazilians and an evaluation made by international organizations of the Brazilian performance. The study reveals that Brazil has not fulfilled four of these six objectives: elementary and early childhood education, youth and adult skills, adult literacy and quality of education. This shows us how education in Brazil is still far from promoting social equality.*

**Keywords:** *Teaching Systems. Education for All. Social inequality*

## 1. Introdução

A temática deste artigo tem seu foco o Processo de Democratização no Sistema de Ensino, sendo que o recorte de análise se pauta pela discussão dos resultados obtidos pelo Brasil frente aos objetivos traçados pela UNESCO e configurados nos propósitos da Educação para Todos.

A Educação para Todos (EPT) é um compromisso global, pactuado por 164 países que, reunidos no Fórum Mundial de Educação, em Dakar (2000), pactuam ações a serem implementadas com a finalidade de oferecer para todas as crianças, jovens e adultos uma educação que atenda suas necessidades básicas de aprendizagem. Os participantes se comprometeram que, até o ano de 2015, buscariam o alcance de seis metas que foram estabelecidas em um Marco de Ação. A justificativa deste estudo se fixa a partir da perspectiva do desenvolvimento educacional e social, dada a importância do acesso à educação por meio de políticas educacionais que garantam possibilidades de ingresso para as pessoas à educação gratuita de qualidade, assim, elevando o nível de escolaridade dos estudantes e trabalhadores, construindo uma sociedade onde a desigualdade social diminua continuamente.

A problemática desta pesquisa se insere a partir do seguinte questionamento: de que modo a Educação para Todos pode se caracterizar como parte de um processo de Democratização do Ensino?

O estudo tem como objetivo analisar as políticas educacionais desenvolvidas pelo Brasil, a partir dos propósitos da Educação Para Todos, e as implicações na diminuição da desigualdade educacional, resultando em uma ferramenta para a equidade e redução das desigualdades sociais.

O aspecto metodológico da pesquisa, de caráter qualitativo, se firma em um estudo exploratório sobre o tema pautado em uma análise bibliográfica e documental. Para a contextualização da Educação para Todos, bem como para entender o momento histórico/político e suas prioridades na área educacional foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as publicações mais relevantes sobre o tema. A pesquisa documental se pautou a partir de fontes como a legislação brasileira pertinente à educação e os documentos que avaliam e monitoram índices educacionais.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Sistemas de Ensino

A educação no Brasil está dividida em três sistemas de ensino: o Sistema Federal de Ensino, os Sistemas Estaduais de Ensino e os Sistemas Municipais de Ensino. Segundo Oliveira, Morais e Dourado (2007, p.9) “cada um deles é responsável pela organização e manutenção das instituições de ensino de seu sistema e, também, pela elaboração e execução de políticas e planos educacionais para o mesmo”.

Segundo a LDB 9.394/96 - Título IV, Da Organização da Educação Nacional, que compreende os artigos 8º até o 20º, as instituições de ensino públicas e privadas estão ao cargo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os Municípios são responsáveis pelos Sistemas Municipais de Ensino, segundo a LDB (art. 18º), os sistemas municipais de ensino compreendem: as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Município; as instituições de ensino infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos municipais de educação.

Os Estados são responsáveis pelos Sistemas Estaduais de Ensino, segundo a LDB (art. 17º), os sistemas estaduais de ensino compreendem: as instituições de ensino mantidas pelo poder público estadual e pelo Distrito Federal; as instituições de educação superior mantidas pelo poder público municipal; as instituições

de ensino fundamental e médio, criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal.

Já a União é responsável pelo, de acordo com a LBD (art. 16º), sistema federal de ensino, que compreende: as universidades federais; as instituições de ensino mantidas pela União (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Colégio Dom Pedro II, entre outras); a supervisão das instituições de educação superior mantidas e criadas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação.

Entre as principais atribuições da União, está a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) que, segundo Ministério da Educação, determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional com vigência de dez anos. Segundo Valente e Romano (2002), o PNE foi elaborado conjuntamente com profissionais da educação, educadores, pais de alunos e estudantes nas duas primeiras edições do Congresso Nacional de Educação (CONEDS).

Também faz parte a elaboração, organização, manutenção e desenvolvimento dos órgãos e as instituições oficiais do Sistema Federal de Ensino, bem como prestar assistência técnica e financeira aos estados, Distrito Federal e municípios.

Ainda é de responsabilidade da União, constituir competências e diretrizes para a educação básica, avaliar e credenciar as instituições de ensino superior, assim como supervisionar, inspecionar e disseminar informações sobre o andamento da educação nacional.

Para Saviani (2010, p.383-387), este Sistema de Ensino não é uma unidade monolítica, mas sim uma unidade da diversidade, pois “a federação é a unidade de vários estados que, reservando suas respectivas identidades, intencionalmente se articulam tendo em vista assegurar interesses e necessidades comuns”. Neste contexto, Saviani afirma que, para existir um Sistema Nacional de Educação que atenda a demanda do país, é necessário observar cinco aspectos importantes:

O primeiro deles é a construção de um conjunto unificado que articula todos os aspectos da educação no país inteiro, com normas comuns válidas para todo o território nacional e com procedimentos também comuns visando assegurar educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população do país.

O segundo aspecto é o fato que o sistema só pode ser público. As instituições privadas integrarão o sistema com a condição única de particulares, limitando sua contribuição para o desenvolvimento da educação brasileira.

O terceiro ponto a ser considerado é que a instância normativa e deliberativa do sistema será exercida por um órgão determinado.

Também é fundamental a importância da colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, cada uma com suas responsabilidades como explicado acima, mas todos voltados para o mesmo objetivo: fornecer educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população.

E por fim, a atenção com o conteúdo da educação a ser desenvolvido no âmbito de todo o sistema, educando para o desenvolvimento do indivíduo, preparando-o para ser um cidadão consciente e qualificado profissionalmente.

Admitindo que a educação tenha como objetivos, segundo a Lei 9.394/96, o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, fica claro que, dentro do Sistema Federal de Ensino, este objetivo não será atingido com “currículos que pretendam conferir competências para a realização das tarefas de certo modo mecânicas e corriqueiras demandadas pela estrutura ocupacional” (SAVIANI, 2010), centralizando-se na qualificação profissional e deixando em segundo plano o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania.

Saviani (2010, p. 391) ainda afirma que isso torna um desafio muito grande, pois temos uma sociedade dividida por classes, onde os interesses não são comuns. As divergências vão além da desigualdade econômica e social, também temos uma enorme extensão territorial onde o acesso a educação não é uniforme. Desta maneira, a presença de instituições públicas, tanto de ensino superior como de educação tecnológica, é essencial para garantir a formação necessária para todos.

Neste contexto, no começo de 1990, a Conferência de Jomtien marcou o início da *Educação para Todos*, com o debate da situação educacional de cento e cinquenta e cinco países com o intuito de superar seus problemas educacionais. Dez anos depois, o Fórum Mundial de Educação teve seu compromisso reafirmado com o estabelecimento de seis metas para a Educação para Todos (EPT) até 2015. (UNESCO, 1998)

Mas todas essas determinações não acabaram com o déficit educacional. Segundo a UNESCO (2016), o Brasil não atendeu quatro destas seis metas do pacto mundial. A falta de efetividade no alcance dos propósitos firmados entre as nações e dos quais o Brasil foi signatário, serão objeto de análise deste estudo.

### 3. Metodologia

De acordo com Fonseca (2002), o termo metodologia vem de *methodos*, que significa organização, e *logo*, estudo sistemático, pesquisa, investigação, ou seja, metodologia é a maneira que o estudo e a pesquisa foram percorridos, como foram organizados, sendo assim, é o que será abordado agora.

A abordagem utilizada foi qualitativa, se preocupando com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização (GOLDENBERG, 1997). A utilização do método qualitativo busca explicar o porquê das coisas, não quantificando valores e trocas simbólicas.

Quanto ao procedimento da pesquisa, foi escolhido a pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Gil (2002), a vantagem deste reside no fato de permitir ao investigador cobrir uma gama mais ampla do que aquela através da pesquisa direta. Sendo de vital importância quando o assunto tratado é um estudo histórico, ou quando requer dados muito dispersos pelo espaço. Como são ambos os casos no presente trabalho, já que será tratado de períodos passados e em todo o território nacional brasileiro.

Sendo assim, a primeira etapa foi a pesquisa de levantamento do material bibliográfico. Foram pesquisados alguns periódicos científicos com boa classificação e avaliação em indexadores nacionais, artigos acadêmicos de autores que façam parte de universidades conceituadas e livros chaves para o tema. Após selecionadas as fontes de coleta de informações, realizou-se o recorte das abordagens mais relevantes ao tema.

A segunda etapa foi constituída pela análise do Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (2000-2015) e do Censo Escolar da Educação Básica de 2016. Esses materiais encontram-se disponíveis para consulta nos sites das instituições. Também foram consultados os sites do IBGE e Ministério da Educação.

A terceira e última etapa foi desenvolvida a partir da análise dos objetivos traçados pela Educação para Todos, o que demonstrou que suas políticas educacionais foram estruturadas sob o enfoque do processo de democratização do ensino. Neste sentido foram analisados os índices do Censo Escolar da Educação Básica e comparados com esses objetivos, apontando, dessa maneira, as expectativas para a diminuição da desigualdade educacional.

### 4. Análise de Resultados

Para poder analisar a educação como propulsora para a diminuição da desigualdade social, será adotado como base os dados do Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (2000-2015). Compromisso firmado em 2000, no Fórum Mundial de Educação em Dakar, Senegal, por 164 países integrantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), onde acordaram em alcançar seis objetivos educacionais de amplo alcance até 2015. O Brasil, como signatário deste compromisso, passa a desenvolver políticas voltadas para o alcance dos objetivos pactuados. Tais ações viriam a compor as orientações sob a forma de leis, decretos, diretrizes, entre outros atos legais, bem como de programas e projetos desenvolvidos pelos governos em todos os níveis.

A análise, aqui efetivada, busca compreender como o Brasil se situa frente a cada um dos objetivos e metas fixadas para a Educação para Todos, observando os pontos positivos e negativos e como esses resultados podem interferir nas mudanças sociais e educacionais do país. A tabela 1 contém os objetivos e suas respectivas metas, que deveriam ser alcançadas até 2015.

Tabela 1: Objetivos e metas para a Educação para Todos

<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
Educação e cuidados na primeira infância	Expandir e melhorar a educação e os cuidados na primeira infância, principalmente para as crianças mais vulneráveis e em situação desfavorável, garantindo, além de condições de saúde, acesso à pré-escola.
Universalização da educação primária	Garantir que, até 2015, todas as crianças, principalmente meninas, crianças em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a uma educação primária completa, gratuita, obrigatória e de boa qualidade.
Habilidades para jovens e adultos	Garantir que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam alcançadas por meio do acesso equitativo a uma aprendizagem adequada e a programas de habilidades para a vida.
Alfabetização de adultos	Alcançar, até 2015, aumento de 50% no nível de alfabetização de adultos, principalmente entre mulheres, e o acesso igualitário à educação básica e continuada para todos os adultos.
Igualdade de gênero	Eliminar as disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com foco em garantir o acesso completo e equitativo de meninas a uma educação básica de boa qualidade.
Qualidade da educação	Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e garantir excelência para que resultados de aprendizagem mensuráveis e reconhecidos sejam alcançados por todos, principalmente em alfabetização, conhecimentos básicos em matemática e habilidades essenciais para a vida.

Fonte: Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (2000-2015)

A seguir, são discutidos cada um dos objetivos e o alcance obtido pelo Brasil, na tentativa de equacionar as grandes problemáticas educacionais.

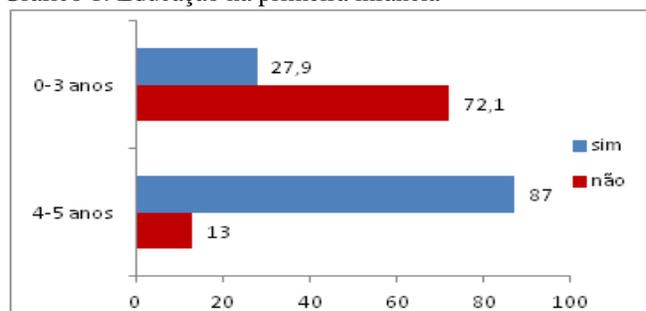
#### **4.1 Educação e cuidados na primeira infância**

No Brasil, a Constituição de 1988 garante o acesso ao ensino gratuito a partir de quatro anos. Onde, segundo a LBD (art. 18º), os Municípios são responsáveis pelas instituições públicas e privadas de educação infantil.

Desta maneira, a política educacional da primeira infância é descentralizada, onde cada município controla suas prioridades. É possível observar no gráfico 1 que as crianças com quatro e cinco anos estão, em sua maioria, inseridas no sistema educacional. Porém, as crianças de menor faixa etária tem uma grande defasagem neste índice, não cumprindo com as metas globais de Educação para Todos da UNESCO.

Essa realidade, onde as vagas para creche pública não atendem a demanda da população, faz com que as escolas infantis particulares tenham grande participação no mercado, segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2016, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 76,6% das creches estão na zona urbana, 58,8% são municipais e 41% são privadas – a maior participação da iniciativa privada em toda educação básica.

Gráfico 1: Educação na primeira infância



Fonte: INEP (2016). Gráfico elaborado pelo **Jornal O Globo** (2016)

O problema da falta de vagas nas escolas de educação infantil públicas influencia diretamente na dificuldade das mães, que não tem condições de pagar pela escola particular, se inserir no mercado de trabalho, contribuindo para o aumento da desigualdade social.

Nesta primeira meta, ainda que tenhamos vivenciados avanços significativos, como o caso da inclusão da educação infantil no financiamento educacional público, ainda não se garante a efetiva inclusão de todas as crianças da etapa da creche (0 a 3 anos), que pela não obrigatoriedade de oferta de vagas, acaba por descomprometer os governos na oferta e manutenção desta etapa.

## 4.2 Universalização da educação primária

No Brasil, a educação primária, corresponde aos anos iniciais do ensino fundamental (1ª – 5ª ano). Neste quesito, segundo o jornal O Globo (2016), o Brasil cumpriu a meta estabelecida da Educação para Todos da UNESCO, onde 97% das crianças estão matriculadas no ensino fundamental, o que coloca essa etapa numa situação de universalização. Para a UNESCO esse índice residual de 3% corresponde a indígenas, ribeirinhos, quilombolas e crianças pertencentes a outros grupos vulneráveis. Por isso a importância de buscar esses alunos, oferecendo não apenas oportunidade, mas condições para eles frequentarem as aulas.

Contudo, o fato de um estudante estar matriculado não significa que está adquirindo o conhecimento necessário, isto por que, muitas vezes a escola pública funciona muito mais como um centro de amparo social do que de aprendizagem científica. As crianças vão para a escola, muitas delas em tempo integral, ganham alimentação, cuidados e interação social, mas não produzem conhecimento. Isso se prolonga para os próximos níveis educacionais, contribuindo para que a qualidade na educação pública nunca seja atingida.

É importante ressaltar que o objetivo da escola, segundo Libâneo (2012), deve ser o de oferecer conhecimento conceitual e prático. Com a Educação para Todos o foco foi pautado em atender às necessidades básicas de aprendizagem para o desenvolvimento humano, originando uma política educacional única para os países subdesenvolvidos e deixando para segundo plano as necessidades de conhecimento. Assim, a escola apoia as crianças mais pobres, enquanto as crianças de famílias com melhor poder aquisitivo frequentam escolas particulares que oferecem conhecimento científico. Esse fato evidencia a grande disparidade do ensino público e privado.

O Brasil, ainda que tenha cumprido a meta da universalização (acesso à escola), ainda necessita de avanços no que se refere a permanência dos estudantes, que, por motivos sociais e por falta de políticas públicas eficazes, acabam, muitas vezes abandonando os bancos escolares, antes de terem concluído seus estudos.

### 4.3 Habilidades para jovens e adultos

Neste item a UNESCO também considerou que o Brasil não cumpriu a meta estabelecida. Segundo esse organismo, dos jovens de 15 a 17 anos, menos de 60% cursam o Ensino Médio, que é a fase adequada para a faixa etária. Porém o Censo Escolar da Educação Básica de 2016 indicou que o ensino médio apresentou uma recuperação das matrículas em 2016 com um crescimento de 0,7%.

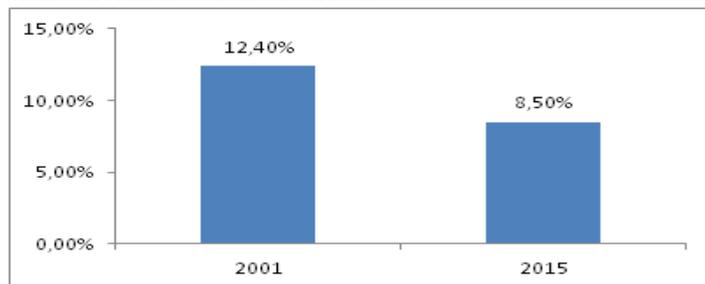
Outro dado importante é o crescimento das escolas técnicas que oferecem cursos concomitantes ao Ensino Médio. Nesse sentido o Censo Escolar da Educação Básica de 2016 aponta que o Brasil conta com 1,9 milhão de matrículas na educação profissional. Aqui podemos apontar a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como um fator positivo para a realização desta meta. Segundo o Ministério da Educação, de 2002 até 2016 houve um aumento de, aproximadamente, 400% na quantidade de municípios atendidos pela Rede Federal, totalizando 568 cidades beneficiadas com esta expansão.

### 4.4 Alfabetização de adultos

Neste quesito a UNESCO também considerou que o Brasil não cumpriu a meta estabelecida. Apesar da taxa ter reduzido, como mostra o gráfico 2, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que ainda existem aproximadamente 11,8 milhões de analfabetos, o que corresponde a 7,2% da população de 15 anos ou mais. Cabe ressaltar que, segundo o Instituto, existe uma questão estrutural, pois o analfabetismo é maior na população mais velha, com isso a tendência é que ele diminua com o passar do tempo, pois os índices mostrados acima sugestionam um aumento das crianças na escola.

Também é possível observar que este índice de analfabetismo não alcançou as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que definia uma taxa de 6,5% até 2015.

Gráfico 2: Analfabetismo no Brasil



Fonte: IBGE (2016). Elaborado pelo **Jornal O Globo** (2016)

#### 4.5 Igualdade de gênero

O Brasil não faz distinção entre sexo para acesso à escola, desta maneira não limitando o acesso de meninas à educação. As *escolas* públicas passaram a ser mistas em 1950. Porém, socialmente, estas meninas estão mais propensas a abandonarem os estudos antes de sua conclusão. A gravidez na adolescência, segundo Ministério da Educação (MEC), vem diminuindo, mas continua preocupante e, em conjunto com outros motivos como cuidados com a família e conciliação do trabalho com estudos, retira da escola uma parcela significativa das jovens brasileiras.

Um estudo feito em 2016 pelo MEC, pela Organização dos Estados Ibero-americanos e pela Faculdade Latino Americana de Ciências (Flacso) revela que 18% das jovens brasileiras grávidas abandonam a escola.

Ainda, reflexões promovidas pela UNESCO dão conta de que:

A medida global proposta para a desigualdade é o índice de paridade, o qual tem sido utilizado por muito tempo como uma medida de disparidade de gênero. Com base nessa medida, sabemos, por exemplo, que para cada 100 homens matriculados na educação secundária, havia 109 mulheres. Porém, entre os estudantes com 15 anos de idade, havia somente 78 mulheres para cada 100 homens que alcançaram o nível mínimo de proficiência em matemática (UNESCO, 2016, s/p).

Esses dados nos mostram a importância de políticas educacionais voltadas a conter a evasão escolar das adolescentes e jovens relacionada à gravidez indesejada e a outros fatores que provocam a disparidade de gênero. Ainda que muitos desafios sejam projetados, cabe ressaltar que avanços importantes já foram inseridos, em termos de políticas públicas educacionais, de modo que o Brasil alcança êxito nesta meta voltada à equidade de gênero.

#### 4.6 Qualidade da educação

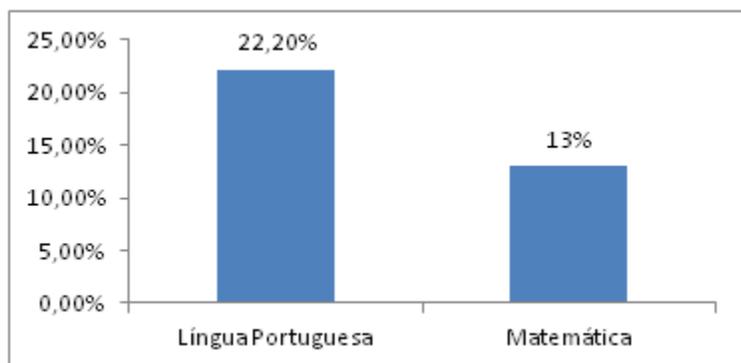
Para a UNESCO a qualidade na educação depende de alguns fatores, o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (2000-2015) aponta aspectos como: monitoramento dos resultados dos processos de aprendizagem; investimento nos professores, aumentando a quantidade de docentes e a qualificação dos mesmos; investimento em recursos como materiais didáticos, ambiente físico seguro e com instalações adequadas e tempo gasto na sala de aula. Para a entidade, processos de ensino e aprendizagem e a descentralização da governança educacional são essenciais para uma educação de qualidade.

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (2016), a grande maioria dos docentes possui nível superior, a formação mais frequente para educação infantil é a Licenciatura em Pedagogia. Nos níveis fundamental e médio a dificuldade é a adequação da formação para disciplina lecionada.

Para avaliar este item a Unesco leva em consideração avaliações nacionais de aprendizagem. No Brasil, o Ministério da Educação criou, em 2005, a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. Realizada de dois em dois anos, avalia os estudantes de escolas públicas em duas provas: Língua Portuguesa e Matemática.

O gráfico 3 mostra o resultado dos alunos de 5ª série, que obtiveram pior resultado em 2015, indicando que o país ainda não atingiu metas razoáveis nos conteúdos básicos.

Gráfico 3: Resultado Prova Brasil 2015 – 5ª série



Fonte: INEP (2015) Elaborado pelo Jornal O Globo (2016)

Esses baixos índices somados à necessidade de progredir na qualificação dos professores e na infraestrutura das escolas fizeram com que o Brasil não conseguisse cumprir também este último objetivo.

Desta maneira, os objetivos que a UNESCO avaliou como não cumpridos pelo Brasil são: educação e cuidados na primeira infância, habilidades para jovens e adultos, alfabetização de adultos e a qualidade da educação.

Esses dados confirmam como a educação no Brasil está longe de promover a igualdade, onde os menos favorecidos financeiramente possuem pouco ou nenhum acesso à escola, e quando a frequentam, o acesso ao conhecimento é limitado por diversos fatores sociais e econômicos. Libâneo completa que “não existe justiça social sem conhecimento, a escola até pode ajudar em alguns aspectos sociais, mas esta não é sua função” (LIBÂNEO, 2012).

## 5. Considerações Finais

Nas últimas décadas a política educacional do Brasil se firmou a partir de um caráter inclusivo, facilitando o acesso da população menos favorecida à educação gratuita de qualidade. Isso se fez por meio de várias ações de Estado e também de programas de governo, que caminham junto com a necessidade mundial de enfraquecer a desigualdade educacional.

Para isso este estudo buscou discutir o compromisso firmado em 2000, no Fórum Mundial de Educação, onde os países, inclusive o Brasil, acordaram em alcançar seis objetivos educacionais de amplo alcance até 2015. Assim, após análise da posição do Brasil em cada um desses objetivos foi possível verificar que o país avançou bastante em termos de políticas educacionais inclusivas, mas ainda existe um longo caminho para atingir todos os objetivos propostos.

Podemos destacar o avanço desta mudança, com a inclusão de mais de 90% das crianças de quatro e cinco anos na escola, a universalização da educação primária, o aumento da taxa de matrícula no ensino médio e na educação profissional e a busca, por meio de leis, projetos e programas que incentivam qualidade no ensino.

Por outro lado, temos pontos importantes para serem resolvidos. A falta de creches na rede pública para crianças de zero a três anos é um problema a ser resolvido na maioria dos municípios do país, além de estimular diversos aspectos sociais e cognitivos nas crianças, esses espaços permitem a mãe condição de trabalhar e contribuir financeiramente na família, onde muitas vezes ela é a única fonte de renda. Outro ponto importante é a redução do analfabetismo, índice descumprido não só na Educação para Todos, mas também no Plano Nacional de Educação (PNE). Neste caso é imprescindível valorizar os projetos de Educação Jovens e Adultos (EJA) e Programa Nacional de

Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

A educação para os jovens é um desafio para o Brasil, estagnado no Ensino Médio Público, com grande defasagem em vários Estados, sem investimentos em recursos físicos e humanos. Assim confirmando a falta de qualidade constatada no Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos e na Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, onde o conhecimento não é prioridade no ensino público, deixando uma enorme lacuna para ser preenchida por instituições de ensino particulares.

Essa reflexão nos leva a constatar a existência de um enorme déficit histórico da educação elitista do nosso país, pois essas políticas demandam ações de longo prazo, o que não ocorreu devido à brusca troca de governo e, com isso, das prioridades sociais. Assim, o breve progresso educacional e social foi interrompido com a PEC 55/2016 - Teto dos gastos públicos e depois com a Lei n. 13.415/2017 – Reforma do Ensino Médio. Diante deste cenário, de avanços e retrocessos, se inserem grandes desafios na consecução dos objetivos educacionais, que no tempo presente se configuram a partir dos marcos reafirmados entre os países e a UNESCO e pactuados no Fórum Mundial de Educação, ocorrido na Coreia do Sul, no ano de 2015, onde se aprovou a Declaração de Incheon. Este documento explicita os objetivos e compromissos a serem assumidos para o desenvolvimento, com qualidade, da educação mundial no período entre 2016 e 2030.

Neste contexto podemos afirmar que, no Brasil, o investimento em educação pública e de qualidade é uma ferramenta essencial para a redução das desigualdades sociais. Para isso é necessário que o Estado, em seus poderes legislativo e executivo, esteja caminhando ao lado da sociedade e atue na defesa de seus reais interesses, desta maneira promovendo a justiça educacional e social.

## Referências

ALMEIDA, M.H.T. Federalismo e políticas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 28 n. 10, p. 88-108, 1995.

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em perspectiva**. Vol. 18, nº 2. p. 17-26, 2004

ARRETCHE, Marta. Dossiê *agenda* de pesquisas em *políticas* públicas. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2003, vol.18, n.51, pp.7-10.

AUGUSTO, M. H. O. (1989). Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo Social**, 1 (2), 105-119

BITTAR, M.; BITTAR, M. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 34, n. 02, p. 157-168, 2012.

BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 out. 1988. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**. Promulgada em 20 de dezembro de 1996.

DYE, Thomas. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEDEMANN, F.; SALM, J. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed., p. 97-129, 2010

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. “Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 18 (51): 21-30. 2003

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., MARQUES, E., (org). **Políticas públicas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)**. Brasília: 2107 Disponível em [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=149](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149)
- INEP. **Censo escolar de Educação Básica – 2016**. Brasília: fev. 2017 [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)
- LIBÂNEO, José Carlos. O Dualismo Perverso da Escola Pública Brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, mar. 2012.
- MACHADO. E. M. O Preço da Força de Trabalho: Paradigma de Análise da Política Social. **Semina: Ci. Soc. Hum.**, Londrina, v. 22, p. 67-73, set. 2001
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.
- MARIZ, Renata. Brasil cumpre apenas duas das seis metas do programa Educação para Todos, diz Unesco. **Jornal O Globo**, Brasília: 08 de abril de 2016. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-cumpre- apenas-duas-das-seis-metas-do-programa-educacao-para-todos-diz-unesco-15818318#ixzz4rv5T2zQI> > Acesso em: 06 set 2017.
- MARSHALL, T.H. **Social Policy in the Twentieth Century**, Hutchinson University Library, Londres, 1975.
- MEC. **Site institucional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/221-2107596713/54951-gravidez-na-adolescencia-e-tema-da-semana-do-salto-para-o-futuro>
- MOTA JUNIOR, William Pessoa da and MAUES, Olgaíses Cabral. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras**. *Educ. Real*. [online], vol.39, n.4, pp.1137-1152, 2014.
- OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Fronteiras da educação: tecnologias e políticas**. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.
- RIBEIRO, Maria Luísa Ribeiro. **História da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- RUA, Maria das Graças **Políticas públicas**. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.
- SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E., FERRARESI, E. (org) **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006.
- SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC**, 7-16, 2008.
- SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning., 2014.
- SINGER, P. Luta de Classes. **Folha de São Paulo**. 13 de jan. 2014
- SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15- 20, fev. 2003.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20- 45, jul./dez. 2006.
- TEIXEIRA, S. M. Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 154-163 , jul./dez. 2007
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem** Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>
- UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (2000-2015)**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação 2016**. Workshop ODS 4. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-2030/gem-report/>

VIANNA, Maria Lucia Werneck. **Em torno do conceito de políticas sociais**: notas introdutórias. ENAP: Rio de Janeiro, 2002.